



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Address

By H. E. J. Ramos-Horta

President of the Republic

Nobel Peace Prize Laureate

To the European Parliament

Brussels, 6th October 2010

**The Hon. President of the Parliament,
Ladies and gentlemen**

I am grateful for the privilege to address this august institution, embodiment of Europe's rich cultural diversity and its democratic political culture and institutions.

My admiration for Europe and the institutions you have created, the road you have walked, from disunity, rivalries and wars to unity, partnership and peace, democracy, inclusion and prosperity, as well as your deep beliefs in solidarity among peoples, led me in 2008 to nominate the European Union/European Commission for the Nobel Peace Prize.

With the end of the Cold War and the transformation of the political map of Europe and the settlement of the conflicts in the Balkan region, Europe gained a central and balancing role in the new world.

At one end of the globe, there is the overwhelming influence and shadow of the only surviving superpower; at the other end, there is an emerging Asia, with the shadow of two emerging Asian giants looming over the rest of the region. In between, there can be the European bridge, a bridge that could connect all in a new partnership for peace and prosperity. This Europe of inclusion extends from the beautiful Atlantic coast that bathes Portugal to the edges of this Old Continent where Asia begins.

I am particularly grateful to this august institution, to many of its esteemed members, the European Commission, and in particular to its President our friend Jose Manuel Durao Barroso, who over three decades stood behind us in our long quest for freedom.

Ao encontro dos ODM : Crescimento economico, redução de pobreza

Timor-Leste não era ainda um país independente em 2000, e só na apresentação do nosso primeiro Relatório sobre os ODM em 2004 que estabelecemos as primeiras

metas à atingir.

Durante os últimos três anos Timor-Leste têm vindo a viver uma verdadeira paz em que possibilitou :

- um crescimento económico robusto em mais de 12%;
- a redução dos níveis de pobreza de 9% durante os últimos dois anos;
- a redução da mortalidade infantil e a mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade, atingindo mesmo já as metas estabelecidas para o ano de 2015;
- inscrição escolar tem crescido de 65% em 2007 para 83% em 2009/2010;
- o analfabetismo das pessoas adultas tem sido gradualmente eliminado, graças a um programa conjunto entre Timor-Leste e Cuba;
- antecipamos desde já a erradicação do analfabetismo em Timor-Leste dentro de dois a três anos;
- por volta de 30% do Orçamento Geral do Estado está a ser alocado para a Saúde Pública e Educação.

Esta revira-volta foi possível graças a um financiamento público agressivo em programas sociais, tais como, a transferência directa em dinheiro à idosos, viúvas, deficientes, veteranos bem como em esforços determinados na expansão de áreas cultivadas e no incremento da produção de bens alimentares.

Estamos a finalizar o Road Map do nosso Plano de Desenvolvimento Estratégico de 2010 – 2030, que possibilitará a libertação do nosso povo dos séculos de pobreza e elevar o nível de vida do nosso povo para a classe media-alta em 2030

Boa governação

Relativamente a gestão dos nossos recursos petrolíficos, é uma satisfação de poder notar que a Iniciativa de Transparência de Industrias Extractivas ou seja Extractive

Industries Transparency Initiative (EITI), têm classificado Timor-Leste, no seu relatório de 1 de Julho de 2010, como o primeiro na Ásia e terceiro no mundo no que diz respeito a solidez, transparência e efectividade na gestão dos lucros provenientes do gas e petróleo.

No entanto, não podemos descurar do longo percurso ainda por percorer no combate a corrupção e desperdício em outras áreas.

No início do corrente ano estabelecemos uma Comissão Anti-Corrupção, que em cooperação com o competente Comité Parlamentar de Boa Governação, o Provedor de Justiça e de Direitos Humanos, Inspector Geral do Estado e a Procuradoria Geral da República, esperamos poder vir por termo a este câncuro maligno da nossa sociedade e administração.

Direitos humanos, capacitação da mulher e jovens

Por volta de 30% dos deputados no nosso Parlamento Nacional são mulheres. No executivo, os ministérios chaves como Finanças, Justiça, Solidariedade Social, Procuradoria Geral da República, etc., são lideradas por mulheres.

Um Parlamento Jovem de 130 membros, constituído por jovens de idade compreendida entre os 12 à 17 anos, foi recentemente eleito e darão início da sua primeira sessão em Novembro deste ano. Gostaria de realçar que o resultado excedeu as nossas expectativas no que diz respeito ao balanço de género. O Parlamento Jovem é constituído por 68 jovens deputados do sexo femenino e 62 rapazes.

Timor-Leste tem o orgulho de têr adoptado uma das Constituições mais humanistas do mundo onde a pena de morte é proibida sendo a sentença de prisão máxima de 25 anos.

Temos igualmente ratificado todas os principais Tratados Internacionais em Direitos Humanos. Já apresentamos dois relatórios dos Tratados às instituições relevantes, e continuaremos a investir os nossos esforços no sentido de reforçar ainda mais o

respeito pelos direitos humanos, liberdade e dignidade para todos. A nossa Constituição reconhece o primado da Lei Internacional sobre as Leis Nacionais, i.e., todas as nossas leis devem conformar-se com o Direito Internacional.

Justiça e compaixão

Como Chefe de Estado, guiado pelos princípios humanistas e as relevantes provisões na nossa Constituição, atribui indultos à individualidades que já foram sujeitas à julgamento, condenados pelos tribunais e cumprido uns certos anos de prisão com boas condutas.

Acreditamos que a busca pela Justiça não deve ser disassociada dos outros mais elevados valores como compaixão, e entendimento das circunstancias mitigadoras.

Emiti recentemente indultos a todos aqueles eis-soldados e agentes da polícia envolvidos na violência de 2006 e 2008, inclusivamente à aqueles que foram tidos como culpados pelos tribunais no atentado de assassinato a minha pessoa. Estes já se encontram de volta as suas casas e aos seus lares.

Climate Change – A test of leadership

While it is a fact that the rich and the powerful contributed most to the deteriorating world's environment, we acknowledge that the advance of science, technology and industries in the last 200 years have brought enormous benefits to all, even if in an unequal manner.

But we in the developing world should not put all the blame on the rich and the powerful for the harm done to the planet. We must acknowledge our share of responsibility in the destruction of our forests, lakes, rivers and seas.

Asia has no less responsibility than the US and Europe to reverse the climate calamity. We are almost half of the planet's inhabitants! This alone means that we put enormous pressure on the land, our minerals, forests and water.

To modernise our economies and improve the lives of the hundreds of millions of our poor, we use increasingly more energy extracted from the Earth.

Hence we call for an Asian common agenda on sustainable development anchored on environmental protection and recovery, on land and water management, health and education for all, on poverty and illiteracy elimination.

Appeal to the rich and powerful

The rich and powerful should ask themselves whether they have delivered on the pledges made in front of the TV cameras and whether past policies have been effective in addressing underdevelopment and extreme poverty.

All too often leaders of the developing countries are blamed for the lack of improvements in the lives of our people in spite of the generous development assistance we supposedly have received from the rich.

Donors should also do an honest and critical analysis of their policies. And we can provide valuable input with abundant examples of how the aid money was misspent by the donors themselves.

We know there is a genuine sentiment of solidarity by the men and women in the streets in the U.S., Europe, Japan, towards their fellow human beings in poorer regions of the world. But donors must streamline the lengthy, onerous, superfluous, wasteful, redundant bureaucratic paper work that drown and discourage anyone in our countries.

Donors must invest more of every dollar they pledge in rural development, agriculture

and food security, water and sanitation, on roads, health and education – and less on themselves.

When we ask a rich “donor” to send in a group of “experts” to do a study on poverty and on why we are poor, a platoon of experts in dark suits and safari hats, well supplied with mosquito repellents, descends on us overnight, talks to us for hours, takes copious notes, and finally writes up long reports with laudable recommendations.

To strengthen national institutions and the democratically elected leaders donors must provide more direct budget support to enable them to deliver services and development to the people.

It is disheartening that only a handful of rich countries have met the target of 0,7% of gross national product for development assistance.

Generous pledges made in the spotlight of international conferences, side by side with movie stars and rock singers, are largely forgotten the moment the Hollywood curtains fall and the flood lights are turned off.

It is even more disheartening to see how quickly tens of billions of dollars were easily found to rescue failed banks, insurance companies, fraudulent real state agencies, obsolete auto industries; how tens of millions of dollars in bonuses are paid to incompetents and crooks responsible for the financial debacle – and yet decades of appeals to the rich to increase foreign development assistance have met with much resistance.

We believe that one wise and fair way to assist countries suffering from the consequences of the financial meltdown is to write off all the debt owed by the LDCs and Small Island Developing States, and to restructure the debt of other debtor countries.

Timor-Leste is privileged for not having a single cent in foreign debt. So what we are proposing is not motivated by self-interest. We believe it is a question of decency that rich countries that acted so decisively to rescue failed banks, insurance companies and bogus real state agencies, write off the debt that entraps hundreds of million in the developing world.

We can all do better in Timor-Leste and elsewhere. And we must. With humility we acknowledge our failings and limitations. We are determined to live up to the expectations of our people and lead them towards a peaceful and prosperous future.

May God the Almighty and the Merciful Bless us All.

END